

## Tusalp vs. Turquia

**País:** Turquia

**Região:** Europa e Ásia Central

**Número do caso:** 32131/08 e 41617/08

**Data da decisão:** 25 de maio de 2012

**Desfecho:** Danos materiais / Multas, Violação ao artigo 10 da Convenção Europeia de Direitos Humanos

**Órgão judicial:** Corte Europeia de Direitos Humanos

**Área do direito:** Direito civil, Direitos humanos internacionais e regionais

**Temas:** Difamação / Reputação, Manifestação política

**Palavras-chave:** Difamação civil, Jornalismo

### ANÁLISE DO CASO

#### **Resumo do caso e desfecho**

A Corte Europeia de Direitos Humanos decidiu a favor do jornalista e colunista turco Erbil Tusalp, entendendo que sua condenação pela publicação de artigos críticos ao então Primeiro-Ministro Recep Tayyip Erdogan constituiu uma violação à sua liberdade de expressão. Tusalp foi considerado culpado de atentar contra os direitos individuais



de Erdogan por publicar dois artigos no jornal *Birgün*, que alegavam que Erdogan havia mentido sobre políticas públicas, se envolvido em corrupção e tinha problemas psicológicos. A Corte Europeia decidiu que as decisões proferidas pelo judiciário da Turquia violaram o Artigo 10, fundamentando que apesar dos comentários ofensivos ou deselegantes de Tusalp, estes constituíam julgamentos de valor baseados em fatos ou eventos específicos. Nesse sentido, a Corte enfatizou que a linguagem ofensiva pode “extrapolar a proteção garantida à liberdade de expressão, em caso de uma difamação desenfreada, por exemplo, quando a única intenção da declaração ofensiva é insultar”. No entanto, no caso em tela, a Corte concluiu que as observações contidas nos artigos não eram meramente ataques pessoais contra o Primeiro-Ministro, mas opiniões sobre tópicos de interesse público.

---

## Fatos

No dia 24 de dezembro de 2005, o jornalista e colunista Erbil Tusalp escreveu um artigo, intitulado “Estabilidade”, para o jornal diário turco denominado *Birgün*, em que critica o Primeiro-Ministro Recep Tayyip Erdogan. O jornalista escreveu: “Quer você goste ou não, a estabilidade continua. Cada palavra que sai de sua boca choca, mesmo sendo posteriormente negada e corrigida”. Ele então acusou Erdogan de mentir sobre questões domésticas, desde a “renda nacional à inflação e ao orçamento”. Tusalp também afirmou que o Primeiro-Ministro havia dado anistia a seus amigos, que enfrentavam acusações de corrupção.

No dia 06 de maio de 2006, o jornal *Birgün* publicou outro artigo de Tusalp, em que o autor acusava Erdogan de ter problemas psicológicos, tendo em vista a atitude hostil ante a academia, jornalistas e partidos de oposição. “Tendo em vista que difama os pássaros no ar e os lobos nas montanhas, responde às críticas com palavrões, para ele os professores universitários são imorais, o partido da oposição miserável, os jornalistas sem vergonha (...)”, disse Tusalp.

Consequentemente, em 2006, Erdogan postulou duas ações civis em face de Tusalp e a editora no Tribunal de Primeira Instância Cível de Ankara, sob o argumento de que os artigos constituíam ofensa aos seus direitos da personalidade. O Tribunal julgou a favor de Erdogan e ordenou que o réu pagasse uma indenização de cinco mil liras turcas, além de juros por cada artigo. Fundamentou-se na decisão que os artigos teriam extrapolado os limites aceitáveis no exercício da crítica a agentes públicos, o que configurou ataque aos direitos de personalidade do ofendido.

Em 2008, o Tribunal de Segunda Instância recusou os requerimentos de Tusalp para que fosse ouvido em ambos os julgamentos.

Posteriormente, Tusalp apresentou duas diferentes petições perante a Corte Europeia de Direitos Humanos, alegando que as decisões proferidas pelo judiciário turco interferiu de forma inadmissível ao seu direito à liberdade de expressão, previsto no Art. 10 da Convenção Europeia de Direitos Humanos.



---

## Visão geral da decisão

Tusalp argumentou que seus artigos visavam a criticar Erdogan em sua capacidade oficial de Primeiro-Ministro e que este deveria ser mais tolerante com as críticas, em vez de abrir processos civis como forma de pressão sobre sua função jornalística.

Por outro lado, o Governo argumentou que a medida restritiva imposta ao direito de Tusalp à liberdade de expressão teve o objetivo legítimo de proteger a reputação e os direitos de terceiros, nos termos do art. 10 da Convenção Europeia de Direitos Humanos. Além disso, o Estado sustentou que as observações feitas nos artigos vão além do nível aceitável de crítica. Ademais, o governo turco referiu-se especificamente à jurisprudência da Corte, sendo eles: *Brasilier vs. França*, Petição nº 71343/01 (2006) e *Vides Aizsardzības Klubs vs. Letônia*, Petição nº 57829/00 (2004), reiterando a noção de que a proteção sobre a reputação abarca figuras políticas [§ 34].

Inicialmente, a Corte se concentrou em analisar a legalidade da interferência à liberdade de expressão de Tusalp, que decorria do art. 49º, do Código de Obrigações da Turquia.

A segunda questão que se apresentava era se a interferência perseguia um objetivo legítimo reconhecido no artigo 10 da Convenção. A Corte considerou que as ações intentadas contra Tusalp visavam ao objetivo legítimo de proteção da reputação de terceiros, segundo o art. 10, item 2, da Convenção.

Finalmente, a Corte avaliou se a interferência estatal foi “necessária em uma sociedade democrática”, devendo ser analisada, para isso, a existência de “necessidade social premente” [§ 41]. Especificamente, “se as razões aduzidas pelas autoridades nacionais para justificar a interferência foram ‘relevantes e suficientes’ e se a medida tomada foi ‘proporcional aos objetivos legítimos perseguidos’” [§ 42] (citando *Chauvy e Outros vs. França*, Petição nº 64915/01 (2004)).

Assim, a Corte reiterou sua posição acerca do papel da imprensa, que tem como dever disseminar informações e ideias e que “a liberdade jornalística também abrange o possível recurso a um certo grau de exagero ou até mesmo de provocação” [§ 44].

Dessa maneira, a Corte concluiu, que embora seus comentários contra o Primeiro-Ministro pudessem ser considerados ofensivos ou deselegantes, eles tinham base factual suficiente porque eram “sobretudo julgamentos de valor baseados em fatos, eventos ou incidentes específicos que já eram de conhecimento público em geral” [§ 47]. Em segundo lugar, a Corte destacou que o artigo 10 da Convenção não se aplica somente às formas de expressão consideradas favoráveis, mas também “as que ofendem, chocam ou perturbam; pois estas são as demandas do pluralismo, tolerância e amplitude sem as quais não existe uma ‘sociedade democrática’” [§ 48]. Contudo, a Corte ressaltou que declarações ofensivas não são protegidas pela Convenção em caso de “difamação desenfreada, por exemplo, quando a única intenção da declaração



ofensiva é insultar” [§ 48]. Assim, a Corte compreendeu que as críticas de Tusalp se direcionaram ao estado atual das coisas, incluindo a corrupção do governo e sua intolerância para com pontos de vista opostos, em vez de constituírem meros ataques pessoais à figura de Erdogan. Dessa maneira, a Corte concluiu que os tribunais internos da Turquia tomaram decisões desproporcionais para a proteção da reputação pessoal do Primeiro-Ministro.

Portanto, a Corte entendeu que houve violação ao artigo 10 da Convenção.

---

## ORIENTAÇÃO DA DECISÃO

### **Expansão da liberdade de expressão**

---

## PERSPECTIVA GLOBAL

### **Leis internacionais e regionais correlatas**

- **Convenção Europeia de Direitos Humanos, art. 10**
- **Corte Europeia de Direitos Humanos, Sapan vs. Turquia, Petição nº 44102/04 (2010)**
- **Corte Europeia de Direitos Humanos, Brasilier vs. França, Petição nº 71343/01 (2006)**
- **Corte Europeia de Direitos Humanos, Lingens vs. Áustria, Petição nº 9815/82 (1986)**
- **Corte Europeia de Direitos Humanos, Vides Aizsardzības Klubs vs. Letônia, Petição nº 57829/00 (2004)**
- **Corte Europeia de Direitos Humanos, Oberschlick vs. Áustria, Petição nº 11662/85 (1991)**
- **Corte Europeia de Direitos Humanos, Lindon vs. França, Petição nº 21279/02 & 36448/02 (2007).**
- **Corte Europeia de Direitos Humanos, Handyside vs. Reino Unido, Petição nº 5493/72 (1976)**
- **Corte Europeia de Direitos Humanos, Schwabe vs. Áustria, nº 13704/88 (1992)**
- **Corte Europeia de Direitos Humanos, Castells vs. Espanha, Petição nº 11798/85 (1992)**
- **Corte Europeia de Direitos Humanos, Piermont vs. França, Série A nº 314 (1995)**
- **Corte Europeia de Direitos Humanos, Perna vs. Itália, Petição nº 48898/99 (2003)**
- **Corte Europeia de Direitos Humanos, Ekin Association vs. França, Petição nº 39288/98 (2001)**
- **Corte Europeia de Direitos Humanos, Chauvy vs. França, Petição**



- **nº 64915/01 (2004)**
- **Corte Europeia de Direitos Humanos, Zana vs. Turquia, Petição nº 69/1996/688/880 (1997)**
- **Corte Europeia de Direitos Humanos, Pedersen e Baadsgaard vs. Dinamarca [GC], Petição nº 49017/99 (2004)**
- **Corte Europeia de Direitos Humanos, Dalban vs. Romênia, Petição nº 28114/95 (1999)**
- **Corte Europeia de Direitos Humanos, Fedchenko vs. Rússia, Petição nº 33333/04 (2010)**
- **Corte Europeia de Direitos Humanos, Skalka vs. Polônia, Petição nº 43425/98 (2003)**
- **Corte Europeia de Direitos Humanos, Cihan Ozturk vs. Turquia, Petição nº 17095/03 (2009)**
- **Corte Europeia de Direitos Humanos, Ustun vs. Turquia, Petição nº 37685/02 (2007)**

### **Convenções nacionais, lei ou jurisprudência**

- **Turquia, Código de Obrigações da Turquia, Lei nº 6098 (2011) Artigo 49**

## **SIGNIFICÂNCIA DO CASO**

**A decisão estabelece um precedente vinculante ou persuasivo dentro de sua jurisdição**

### **A decisão foi citada em:**

- **Erdoğan vs. Turquia**
- **Paraskevopoulos vs. Grécia**
- **Kaboğlu vs. Turquia**

## **DOCUMENTOS OFICIAIS DO CASO**

### **Documentos oficiais do caso:**

- **Decisão**



## Relatórios, análises e artigos de notícia

- **New eBook: Freedom of Expression, the Media and Journalists, Case-law of the European Court of Human Rights**  
<https://inform.wordpress.com/2015/10/19/new-ebook-freedom-of-expression-the-media-and-journalists-case-law-of-the-european-court-of-human-rights/>
  - **"Yes Prime Minister!" por Dirk Voorhoof e Rónán Ó Fathaigh no Blog Strasbourg Observers, Human Rights Centre of Ghent University**  
<http://strasbourgobservers.com/2012/02/23/yes-prime-minister/>
  - **Tuşalp v. Turkey: Yes, Prime Minister! Dipor rk Voorhoof e Rónán Ó Fathaigh em Inform's Blog**  
<https://inform.wordpress.com/2012/03/02/case-law-court-of-human-rights-tusalp-v-turkey-yes-prime-minister-dirk-voorhoof-and-ronan-o-fathaigh/#more-14072>
- 

